

B3

Moedas

Ibovespa 185.163 pts ↑0,73%

Dólar Comercial R\$ 5,182 ↓ -0,66%

Dólar Turismo R\$ 5,390 ↓ -0,5%

Euro Comercial R\$ 5,888 ↓ -0,46%

Euro Turismo R\$ 6,137 ↓ -0,27%

Cooperativismo busca ampliar seu papel na segurança alimentar



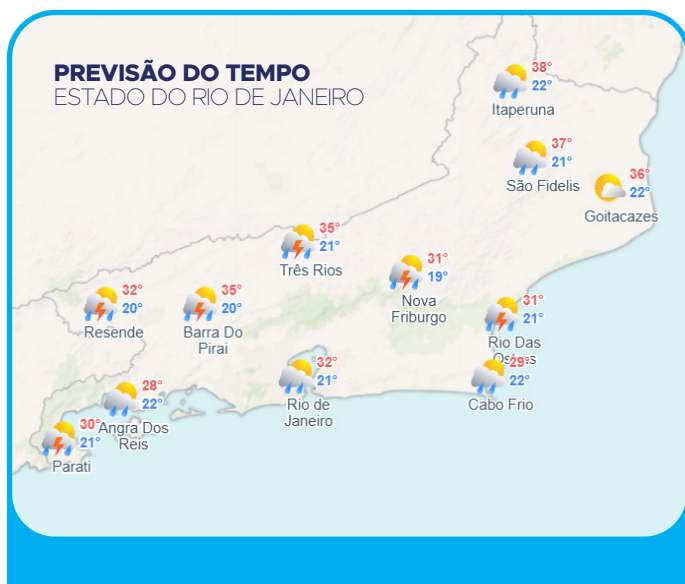
O Eixo 2 do documento Propostas para um Brasil mais cooperativo, elaborado pelo Sistema OCB para contribuir com o debate eleitoral e subsidiar a formulação de políticas públicas para o próximo ciclo de governo (2027-2030), apresenta uma agenda de propostas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. Entre as prioridades está o fortalecimento da política de crédito rural. O documento defende a manutenção de linhas de financiamento com recursos suficientes, juros compatíveis com a atividade agropecuária e maior previsibilidade para produtores e cooperativas planejarem investimentos de longo prazo.

Para a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, garantir um ambiente estável para o financiamento da produção é fundamental para assegurar a competitividade do agro brasileiro e o abastecimento da população. “O crédito rural é um dos principais instrumentos para garantir segurança alimentar e desenvolvimento econômico. Quando o produtor tem acesso a financiamento com previsibilidade, ele investe em tecnologia, amplia a produtividade e fortalece toda a cadeia de abastecimento. As cooperativas têm um papel estratégico nesse processo porque transformam crédito em desenvolvimento nas comunidades”, afirma.

Outro ponto considerado estratégico é a

preservação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para o cooperativismo, esses programas ampliam oportunidades para pequenos produtores, fortalecem a produção local e contribuem para o acesso da população a alimentos de qualidade.

Na avaliação da presidente executiva, as cooperativas são fundamentais para transformar essas políticas em desenvolvimento regional. “O cooperativismo organiza a produção, gera escala e cria



oportunidades para milhares de agricultores familiares. Fortalecer programas como o PNAE e o PAA significa fortalecer a economia local, ampliar a renda no campo e garantir que alimentos produzidos pelos nossos cooperados cheguem à mesa dos brasileiros e às escolas públicas”, acrescenta.

A agenda também propõe o fortalecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o aperfeiçoamento dos mecanismos públicos de comercialização agrícola e o aumento dos investimentos em pesquisa, inovação e assistência técnica, por meio da Embrapa, universidades e centros de pesquisa em parceria com as cooperativas. “A competitividade do agro brasileiro foi construída com base em ciência, tecnologia e inovação. Precisamos continuar investindo em pesquisa e levar esse conhecimento para quem produz. As cooperativas têm a capacidade de democratizar o acesso à inovação e fazer com que ela chegue também aos pequenos produtores”, defende Tania.



Economia de baixo carbono

Além da produção de alimentos, a agenda preparada pelo Sistema OCB dedica um capítulo à ampliação da participação das cooperativas na transição para uma economia de baixo carbono. Entre as propostas estão a regulamentação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em todos os estados, o fortalecimento do cooperativismo no Plano ABC+ e a consolidação do mercado brasileiro de carbono.

“Produzir de forma sustentável deixou de ser apenas uma agenda ambiental. Hoje, é uma condição para ampliar mercados, atrair investimentos e gerar valor para quem produz. As cooperativas mostram diariamente que é possível conciliar produtividade, preservação ambiental e desenvolvimento econômico”, complementa a presidente executiva.

O documento também propõe ampliar os incentivos às cooperativas que atuam na geração de energia renovável, reciclagem, economia circular, eficiência energética e produção de biocombustíveis. A avaliação da entidade é que o modelo cooperativista pode acelerar investimentos em tecnologias limpas e ampliar o acesso da população à transição energética.

Segundo Tania, o caráter coletivo das cooperativas permite que tecnologias antes restritas a grandes empreendimentos sejam incorporadas também por pequenos produtores e comunidades. “A transição energética precisa ser inclusiva. O cooperativismo permite compartilhar investimentos, conhecimento e infraestrutura, tornando viável a adoção de energia renovável, eficiência energética e novas tecnologias por milhares de produtores que, individualmente, teriam muito mais dificuldade para fazer essa transformação”.

Dados apresentados pelo Sistema OCB mostram que as cooperativas respondem atualmente por 53% da produção nacional de grãos, enquanto 71,2% dos produtores cooperados pertencem à agricultura familiar. O setor também reúne mais de 9 mil profissionais dedicados à assistência técnica e extensão rural, o que reforça seu papel na disseminação de tecnologia e boas práticas no campo.

O objetivo da agenda é contribuir para a construção de políticas públicas que aproveitem o potencial do cooperativismo para enfrentar desafios estruturais do país. Ela já foi apresentada a todos os principais candidatos à Presidência do país e continuará sendo detalhada aos membros do novo governo a partir de 2027. “Trata-se de uma agenda construída a partir da experiência de milhares de cooperativas que atuam em todas as regiões do Brasil. São propostas voltadas para aumentar a produção de alimentos, fortalecer a agricultura familiar, acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e promover desenvolvimento com inclusão”.

Cooperativas de eletrificação rural do RJ participam do lançamento de plano para resposta a emergências no setor de energia



A Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Rio de Janeiro (Fecoerj), formada pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Cachoeiras -Itaboraí (Cerci), pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Araruama (Ceral) e pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende (Ceres), participou do lançamento do Plano de Contingência — Ações Integradas para Riscos e Emergências em Energia (PLANCON 2026–2027).

Lançado nesta sexta-feira (25/9) pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDES-RJ), o plano estabelece diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a prevenção e o enfrentamento de situações que possam afetar a geração, a transmissão, a distribuição, o armazenamento e o fornecimento de energia elétrica no estado.

O encontro reuniu cooperativas de eletrificação rural, concessionárias de energia elétrica e representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa foi articulada pelo Centro de Gerenciamento de Riscos e Emergências em Energia (CGREE), vinculado à SEDES-RJ, e teve como objetivo ampliar a integração entre os diferentes agentes do setor.

Durante a programação, cada organização apresentou seu plano de contingência para o Verão 2026–2027. A participação da Fecoerj reforçou a importância das cooperativas na preparação para períodos

de maior risco de ocorrências, especialmente diante de condições climáticas adversas e da necessidade de garantir a continuidade do fornecimento de energia para serviços públicos essenciais.

Representando a Fecoerj, o presidente da Federação e da Cerci, Helon Marins, apresentou as ações planejadas pelas três cooperativas para o próximo verão. O planejamento inclui a realização de vistorias, o acompanhamento das condições meteorológicas, o reforço das equipes de plantão e a preparação de veículos, equipamentos e materiais necessários para o atendimento de ocorrências.

“A participação da FECOERJ neste encontro reforça a importância da integração entre as cooperativas, as concessionárias e o Governo do Estado. Estamos trabalhando de forma preventiva, com equipes de plantão, veículos, equipamentos e materiais preparados para o período de maior incidência de ocorrências. Além disso, Cerci, Ceral e Ceres estão alinhadas para oferecer apoio mútuo sempre que for necessária uma mobilização maior. Esse planejamento conjunto fortalece a segurança das equipes e contribui para uma resposta mais rápida e eficiente às comunidades atendidas”, afirmou Helon Marins.

Também está prevista a possibilidade de apoio conjunto entre Cerci, Ceral e Ceres quando uma situação exigir uma mobilização maior. A estratégia busca fortalecer a capacidade de resposta das cooperativas e permitir que as equipes atuem com mais segurança e agilidade em suas respectivas áreas de atendimento.

Integração com o Governo do Estado

A participação da Fecoerj no lançamento do PLANCON representa mais um avanço na aproximação entre as cooperativas e o Governo do Estado. Esse diálogo começou a ganhar forma em agosto, quando representantes estaduais estiveram na sede da Cerci, em Cachoeiras de Macacu, para discutir formas de atuação conjunta em situações de emergência.

Com a inclusão das cooperativas nesse novo encontro do setor elétrico, a articulação passa a envolver uma rede mais ampla de

organizações, ampliando o compartilhamento de informações e a capacidade de coordenação diante de ocorrências que possam comprometer o fornecimento de energia ou atingir infraestruturas críticas.

O PLANCON prevê ações como o monitoramento permanente de ocorrências, a avaliação do nível de criticidade dos eventos, a definição da resposta necessária, a realização de exercícios simulados e a revisão dos protocolos com base em dados de ocorrências reais e em diferentes cenários de risco.

A proposta também consolida a cooperação entre o poder público e as empresas do setor. Além da FECOERJ, participaram do lançamento representantes das concessionárias Light, Enel e Energisa, bem como da Naturgy, da Defesa Civil, da Águas do Rio e do Cemaden-RJ.

Cooperativas preparadas para o período de chuvas

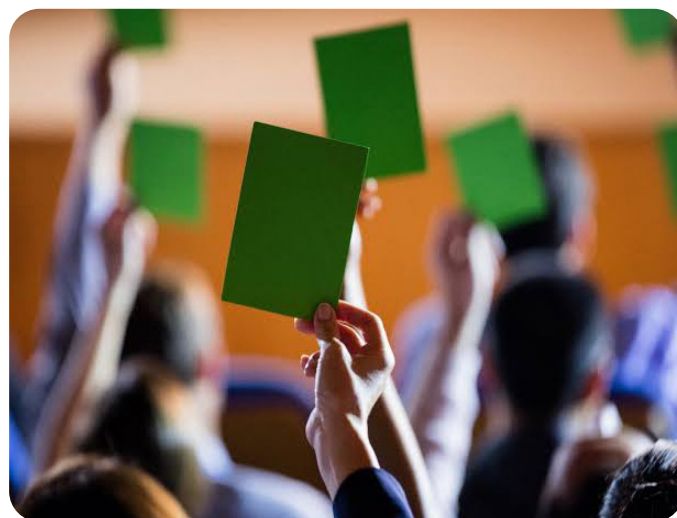
Para a Fecoerj, o planejamento conjunto é fundamental para que as cooperativas estejam preparadas para responder a situações de emergência, reduzindo impactos para os consumidores e contribuindo para o restabelecimento do fornecimento no menor tempo possível.

Cerci, Ceral e Ceres seguem unidas em torno de ações de prevenção, cooperação e integração. A preparação das equipes e dos recursos operacionais busca garantir uma atuação coordenada e segura durante o Verão 2026–2027, fortalecendo o atendimento às comunidades das áreas de atuação das cooperativas.

O CGREE, responsável pela articulação do plano, opera 24 horas por dia em integração com mais de 50 órgãos públicos, agências e concessionárias. Em dois anos de funcionamento, o centro registrou mais de 4 mil ocorrências, sendo 49% acionadas pelo Corpo de Bombeiros (CBMERJ) e 18% relacionadas a incêndios em fiações, transformadores e subestações elétricas.

O monitoramento contínuo contribui para a redução do tempo de interrupção do fornecimento e para a preservação de serviços essenciais, como saúde, abastecimento de água, saneamento, telecomunicações, transportes, defesa civil e segurança pública.

Seu cooperado sabe como participar das decisões?



O convite para uma assembleia chega. A data está marcada, a pauta foi enviada e os canais de comunicação fizeram a divulgação. Mesmo assim, uma parte dos cooperados não comparece. E, diante desse cenário, a pergunta que fica é: por que as pessoas não há participação?

E aí vem uma segunda pergunta: o cooperado compreende como pode contribuir, quais assuntos serão discutidos e de que maneira aquelas decisões afetam sua relação com a cooperativa?

A Pesquisa Nacional de Cultura Cooperativista, realizada entre janeiro e março de 2026, com 9.761 respondentes nas 27 unidades federativas, oferece elementos importantes para essa reflexão.

Entre as barreiras à participação apresentadas no levantamento, a falta de tempo aparece com 36%. A falta de informação sobre como participar representa 22%, enquanto 12% indicam que não sabiam que podiam participar. A falta de conhecimento sobre o cooperativismo aparece com 10%, e a falta de interesse, com 9%.

Os números do levantamento convidam as lideranças a examinar as condições que são oferecidas para a participação. Por mais óbvio que possa parecer, há pessoas que precisam de mais clareza, orientação e oportunidades compatíveis com sua rotina para conseguir se envolver.

E nisso, a comunicação tem um papel decisivo. Um exemplo é um convite informar o horário e o local de uma reunião, mas não deixar claro o que estará em discussão, como o cooperado pode se preparar e por que sua contribuição importa.

Quando a pauta envolve planejamento, investimentos ou resultados, por exemplo, é necessário traduzir os assuntos para uma linguagem compreensível. Ou seja, explicar os pontos que exigem decisão, contextualizar as alternativas e apresentar suas possíveis consequências. Assim, o cooperado poderá formular melhores perguntas e construir sua opinião.

Tem de se considerar, também, as diferenças entre os públicos. Uma pessoa que ingressou recentemente pode precisar de orientações básicas sobre o funcionamento da cooperativa. Outra, com muitos anos de vínculo, pode conhecer os processos e ainda encontrar dificuldades para acompanhar as discussões. Horários de trabalho, distância, acesso à tecnologia e familiaridade com os canais utilizados merecem atenção.

Por isso, ampliar a participação começa pela escuta. Perguntar aos cooperados quais obstáculos enfrentam ajuda a identificar ajustes possíveis na organização dos encontros, na antecedência das comunicações e nas formas de esclarecer dúvidas.

E isso precisa acompanhar toda a experiência do cooperado. Desde sua entrada, é importante que ele compreenda seu papel no empreendimento, conheça os espaços de participação e saiba a quem recorrer quando quiser apresentar uma sugestão. A educação cooperativista dá sustentação a essa construção.

O próprio levantamento reforça essa conexão: Educação, Formação e Informação foi o princípio mais valorizado por cooperados, empregados e dirigentes. Existe, portanto, uma oportunidade de aproximar a formação do cotidiano das decisões, utilizando situações concretas para explicar como o negócio funciona e como cada pessoa pode contribuir.

E quanto à devolutiva? Depois de ouvir os cooperados, a organização precisa comunicar o que foi discutido, quais encaminhamentos foram definidos e por que determinadas

propostas foram ou não incorporadas. Esse retorno torna o processo mais compreensível e demonstra o tratamento dado às contribuições recebidas.

A pesquisa também revela uma base de confiança a ser cultivada: entre os cooperados ouvidos, 89% pretendem manter uma relação de longo prazo com a cooperativa e 87% a recomendariam a um amigo ou familiar. Esses indicadores coexistem com as barreiras à participação identificadas no estudo. Cabe às lideranças compreender como transformar esse vínculo em envolvimento nas decisões.

Para o Sistema OCB/RJ, essa reflexão está diretamente ligada ao fortalecimento da cultura cooperativista. Desenvolver cooperativas passa por preparar pessoas para compreender, acompanhar e contribuir com os rumos dos empreendimentos dos quais fazem parte.

Cooperados que tenham dúvidas sobre sua participação nas decisões ou que desejem compreender melhor o funcionamento de sua cooperativa podem contar com a orientação dos técnicos do Sistema OCB/RJ. O contato pode ser feito com o setor de Monitoramento, pelo e-mail monitoramento@rio.coop ou pelo telefone (21) 2232-0133.

Vale, então, levar a pergunta para a próxima reunião de gestão: se um cooperado quiser participar mais ativamente das decisões, ele saberá por onde começar — e encontrará condições para isso?

Workshop
Storytelling
para **Vendas**
Turma 2

Aprenda todo o processo de criação de uma venda!

Palestrante:

Lucas Silveira

20 de Outubro
9h às 18h

Auditório Sistema OCB/RJ
Praça do Cooperativismo, 1
2º Andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ

Inscrições em:
rio.coop

Sistema OCB/RJ | SOMOS OCB